

## Apresentação: Dossiê Religiões e Religiosidades em Tempos de Conservadorismos e Intolerâncias

**Celso Gabatz<sup>1</sup>**  
**Renan Santos Mattos<sup>2</sup>**  
(Pela Organização do Dossiê)

O presente dossiê intitulado “Religiões e Religiosidades em Tempos de Conservadorismos e Intolerâncias” dedica-se a evidenciar as tensões religiosas em um contexto de exacerbação conservadora. Nesse sentido, é importante ressaltar que as relações entre as diferentes religiões e religiosidades ganharam muitos contornos nos últimos anos. A reconfiguração da sociedade brasileira, especialmente a partir da constituição federal de 1988, redimensionou o protagonismo das forças religiosas na esfera pública. Surgiram novas estratégias e demandas. Em nome das garantias e direitos fundamentais, alguns limites exercitados até aquele momento foram, gradativamente, remodelados. Negociações foram acontecendo (BIROLI, 2018). Trata-se de uma nova configuração na qual atores e grupos religiosos reagem às transformações societárias lançando mão de alianças para garantir uma pretensa hegemonia moral (LACERDA, 2019).

O cenário brasileiro atual é marcado por esta ampliação das disputas religiosas no espaço público. O sociólogo Marcelo Camurça (2020) analisa a preponderância de certas denominações religiosas que ao invocar a ideia de maioria religiosa, “reivindicam um papel na definição das políticas de Estado com relação à educação, saúde, ciência, bem como, a gestão do Estado democrático” (CAMURÇA, 2020, p. 87). Portanto, esses grupos definem a

---

<sup>1</sup> Professor Colaborador e Pós-Doutorando nas Faculdades EST. Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Mestre em História Regional pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Passo Fundo (UPF). Especialização em Ciência da Religião e em Docência no Ensino Superior. Possui Graduação em Teologia (Bacharelado) pelas Faculdades EST, São Leopoldo, RS. Graduação em Sociologia (Bacharelado e Licenciatura) pela Universidade do Noroeste do Rio Grande do Sul (UNIJUI). Graduação em Filosofia (Licenciatura) pelo Centro Universitário Claretiano (CEUCLAR) de Batatais, SP. Membro da Associação Brasileira de História das Religiões (ABHR); da Associação dos Cientistas Sociais de Religião do Mercosul (ACSRM) e da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS). Pesquisador Associado do Centro Latino-Americano de Estudos em Cultura (CLAEC). Email: [celso.gabatz@est.edu.br](mailto:celso.gabatz@est.edu.br).

<sup>2</sup> Professor da Rede Secretaria da Educação do Estado do Rio Grande do Sul e professor da Prefeitura Municipal de Santa Maria. Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2010), mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2014) e doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2019). Atualmente é tutor da Universidade Federal de Santa Maria, e, desenvolve Estágio de Pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade de Santa Maria. Email: [renansnatos@gmail.com](mailto:renansnatos@gmail.com).

bandeira de defesa da família, dos valores cristãos e da tradição como sintomáticos da ordem legal do país (CAMURÇA, 2020, p. 90).

Nessa direção, no Brasil, em particular, vivemos em um contexto impactado pela desconstrução de direitos e avanços dos conservadorismos e intolerâncias, na medida em que os ideais reacionários buscam desvirtuar ou apagar as contribuições engendradas pelas premissas de uma educação libertadora, democrática e emancipatória. Certas pautas e posicionamentos vem repercutindo e incomodando, sobremaneira, as forças anacrônicas presentes na atual conjuntura brasileira nos diferentes contextos da vida social.

Essa violência histórica evidencia a discussão sobre o pluralismo e a diversidade religiosa brasileira (MATTOS, 2021, p. 191). Paula Montero (2009) questiona como certas denominações religiosas ocupam espaços marginalizados e outras estão com certa legitimidade para indicar e interferir na sociedade, o que implica em disputas em torno de projetos de sociedade. Desse modo, como destaca Fabio Py, Emerson Sena da Silveira e Marcos Vinicius Reis Freitas (2020, p. 8), é possível perceber "incursões dos atores religiosos, em especial católicos e evangélicos, na construção de uma patrulha ideológica".

O presente dossiê pode ser sistematizado em três blocos de trabalhos que proporcionam uma leitura acurada das disputas em torno do conceito de laicidade e a expressão de intolerâncias no cenário contemporâneo. Nesse sentido, o primeiro conjunto de trabalhos dimensiona o esforço de ampliação do conceito de religião/religiosidade diante da virada epistemológica e decolonial. Sendo assim, o artigo Colonialidade e decolonialidade do sagrado: ciências das religiões analisa o impacto dos estudos decoloniais na interpretação do fenômeno religioso. A seguir, Ensino religioso escolar: reflexos da decolonialidade do poder/saber no currículo, sublinha a discussão sobre o currículo do Ensino religioso e os desafios para a construção de uma práxis que questione a visão colonialista, eurocêntrica e Lgbtfóbica presente nos contextos escolares. A contribuição ao debate por meio do artigo Paisagem Político-Religiosa na América do Sul, acentua a perspectiva de uma transformação acentuada em certas reverberações discursivas ou apelos simbólicos de cunho moralista no tempo presente. Por fim, incluímos neste bloco a discussão sobre o avanço do ensino confessional nos ambientes formais de educação com o texto Liberdade religiosa, ensino religioso e a interpretação conforme a Constituição na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 4439.

O segundo bloco de textos expressa as leituras empíricas das religiões de matriz africana no sentido de reafirmar a luta contra o preconceito e a defesa da liberdade religiosa. Nesse conjunto de viés mais experimental situa-se a análise do artigo com a nossa lei não há,

levando ao mundo inteiro, a bandeira de Oxalá, a partir da teoria crítica dos direitos humanos e da teoria do direito, repercutindo as relações entre o racismo religioso e os impactos na história das religiões de matriz africana. A seguir, Educação de Mulheres Umbandistas na Vida Cotidiana dos Terreiros de Bagé: artes afro-diaspóricas de existência trata das experiências educativas de mulheres umbandistas nas comunidades e terreiros na cidade de Bagé-RS, em que a fé nos Orixás, o culto de valores ancestrais e crenças transmitidas de geração em geração sustentam uma perspectiva educativa peculiar. Os artigos - A Influência na Educação da População de Baixa Escolaridade do Pensamento Conservador Religioso e Narrativas do outro: entre ecos e silêncios, pertencimentos e alteridades da Umbanda acompanha o contexto do universo afro-brasileiro a partir da trajetória do Babalorixá Ediginaldo, reforçando o entendimento de que o espaço público acabou se tornando um lugar de constantes disputas e violências.

O último conjunto de artigos apresenta as interfaces das questões sensíveis da sociedade contemporânea com a esfera religiosa. Com esse olhar, a configuração do ativismo neoconservador vem engendrando um maior protagonismo ao longo dos últimos anos, tanto nos discursos como também nas estratégias de convencimento das populações. Os artigos – Direito e Religião em Tempos de Fundamentalismos na Sociedade Brasileira e Desvelando as Disputas em torno da “Ideologia de Gênero” na Atualidade, retratam esta dimensão de forma propositiva. Na sequência, os textos – O Papel da Mídia na Aliança entre Conservadores e Cristãos e Os Desafios da Interpretação Bíblica num Mundo em Constante Transformação, reforçam a percepção de um ideário no qual, não raro, uma agenda sob o amplo espectro dos direitos humanos contrasta com certas articulações em favor de uma retórica que supõe a afirmação de dispositivos hegemônicos.

Importa salientar, nesta apresentação, que a politização dos ambientes religiosos reconfigura e maximiza os espaços democráticos de modo a ampliar a representação em contextos nos quais se priorize a discussão e deliberação de políticas sexuais e de gênero, por exemplo. Não por acaso, trata-se de uma dimensão reativa por parte de lideranças religiosas que mobilizam fiéis e intensificam a interferência explícita na formulação e aprovação de leis, na implantação de políticas públicas e nos processos eleitorais (DIP, 2019). Este movimento, ainda que almeje se manifestar em uma vinculação aos ideais democráticos marcados pela diversidade e pluralidade, em última análise, acontece em estreita conexão com certos padrões atuais abarcados pelo autoritarismo e os processos de erosão e privatização da dimensão coletiva.

Um aspecto muito importante e que, entretantes, também deveria ser evocado, tem a ver com a maneira como diferentes atores alinhados às pautas neoconservadoras intensificam e transformam seu modo de participar dos embates e do jogo político (LAVAL; DARDOT, 2016). É preciso compreender, por um lado, aquilo que se coloca no horizonte das responsabilidades por aquilo que vivemos e, por outro, a forma como as questões morais acabam sendo politizadas. No fundo, o apelo aos valores da família nuclear compulsória persiste por meio de dispositivos de controle nos quais se engendra a reprodução social das hierarquias, apresentadas como naturais, cristãs, majoritárias.

O propósito deste dossiê foi divisar questões presentes na realidade brasileira reforçadas, entretantes, por um forte apelo a uma pretensa “moralidade” catalisando manifestações contrárias às políticas sociais, conformações jurídicas e ações educacionais voltadas para o enfrentamento das violências, o combate às discriminações e a ênfase acerca da importância dos direitos humanos na construção da dignidade da pessoa humana. Buscou-se descortinar questões essenciais aos conflitos que são parte das mudanças culturais, morais e políticas nos debates públicos.

Talvez o grande desafio aqui proposto tenha sido o de contribuir para que consigamos exercitar o diálogo e engendrar os meios necessários à construção coletiva e não apenas os embates, a supremacia, o confronto como se o outro fosse um inimigo a ser eliminado. O limiar a ser viabilizado em direção a plena cidadania tem a ver com a assimilação de novos códigos e novas demandas para a superação de uma triste realidade causadora de dor, de sofrimento, de abundantes formas de exclusão. Que as interlocuções da coletividade sejam a força de ação e de transformação.

Desejamos a todos e todas uma instigante e proveitosa leitura!

### Referências

CAMURÇA, M. A. Um poder evangélico no Estado brasileiro? mobilização eleitoral, atuação parlamentar e presença no governo Bolsonaro. *Revista do NUPEM*, Campo Mourão, v. 12, p. 1, p. 82-104, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/nupem/article/view/5597>. Acesso em 26 jul. 2020.

BIROLI, F. *Gênero e Desigualdades*. Limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

DIP, A. *Em Nome de Quem?* A bancada evangélica e o seu projeto de poder. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2019.

LACERDA, M. B. *O Novo Conservadorismo Brasileiro: de Reagan a Bolsonaro*. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAVAL, C.; DARDOT, P. *A nova razão do mundo*. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

MATTOS, R. S. A laicidade e a educação: reflexões sobre o ensino de história. *Revista Espaço Acadêmico*, v. 21, n. 231, p. 184-195, nov. 2021. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/57064>. Acesso em: 26 jul. 2022.

MONTERO, P. Secularização e espaço público: a reinvenção do pluralismo religioso no Brasil. *Etnográfica*, Lisboa, v. 13, n. 1, p. 07-16, maio- 2009 .

PY, F.; SENA DA SILVEIRA, E.; VINICIUS REIS FREITAS, M. Apresentação - Os cristãos e a política no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de História das Religiões*, v. 13, n. 39, dez. 2020.